



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

A PRÁTICA CONTRA HEGEMÔNICA DO MST E A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

Autores:

Marisela García Hernández - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - marigh98@hotmail.com

Resumo:

Reconhecido internacionalmente pela sua capacidade de ação política, de organização e de mobilização, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, tem conquistado ao longo da sua trajetória mais de 7 milhões de hectares de terra, onde trabalham cerca de 400 mil famílias assentadas. Atualmente mais de 120 mil famílias "Sem Terra" estão organizadas em acampamentos em todo o Brasil, de forma a fazer valer seu direito a terra. A prática política característica deste movimento tem lhe permitido acumular forças de forma a desestabilizar as relações de domínio, alargar a democracia e promover seus interesses contra hegemônicos. O presente artigo tem por objetivo identificar particularidades da prática política do MST tanto junto na sua base, os Sem Terra, como junto ao Estado, de forma a evidenciar características de uma práxis contra hegemônica capaz de mudar a produção do espaço.



A PRÁTICA CONTRA HEGEMÔNICA DO MST E A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

Espaços contra hegemônicos

INTRODUÇÃO

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, MST, atualmente organizado em 24 estados nas cinco regiões que integram o Brasil, tem acumulado durante seus mais de 30 anos de existência, um amplo repertório de conquistas que expressam assertividade em termos de estratégia e de práticas políticas. Entre estas conquistas, podemos destacar o acesso à terra por cerca de 350 mil famílias assentadas; a implantação de 96 agroindústrias; a construção de 2 mil escolas públicas em acampamentos e assentamentos; a alfabetização de mais de 50 mil adultos; o alargamento do atendimento das demandas de educação superior e técnica dos assentados por meio da implantação de mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas; ser o maior produtor de arroz orgânico de América Latina, dentre outras. A participação, organização e mobilização política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra¹ tirou do papel direitos constitucionais, revitalizando um tecido social marginalizado, modificando a natureza regulatório do estado e inclusive alargando a democracia. Para além das conquistas materiais e democráticas, suas práticas políticas têm contribuído para evidenciar, junto a sua base e a sociedade, as relações naturalizadas de dominação, assim como na construção de significados compartilhados sobre uma visão classista da marginalização.

O presente artigo tem por objetivo identificar particularidades da prática política do MST tanto junto à sua base, os Sem Terra, como junto ao Estado, no período compreendido desde seu nascimento até o primeiro governo Lula. Trata-se de evidenciar características de uma *práxis* contra hegemônica capaz de mudar a produção do espaço, a natureza do papel regulatório do Estado, assim como de alimentar a esperança de uma sociedade diferente, mais justa e fraterna.

¹ A denominação “Sem Terra” faz referência à base do MST, ou seja, aos acampados e assentados vinculados à luta pela terra e a reforma agrária organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.



Após esta introdução, apontamos características importantes da ação política do MST tais como, o tensionamento e explicitação do conflito, à utilização de formas de luta já instituídas e alternativas, à participação massiva direta, à ação política articulada em diversas escalas, a unidade de ação, o alongamento do conflito e o estabelecimento de alianças. Em seguida, apresentamos particularidades dos processos organizativos e de formação política dos Sem Terra, assim como sua contribuição para sua ação política. Posteriormente, refletimos sobre a práxis política do MST e seus desdobramento para o planejamento e a construção social do espaço. Por último, pontuamos algumas considerações finais.

Importante mencionar que a realização deste artigo, além de se sustentar em uma revisão bibliográfica e na realização de duas entrevistas junto às lideranças de expressão regional e nacional do Movimento, também considerou a experiência do autor junto ao MST como servidor público de instituições que celebraram parcerias junto a este movimento.

A LUTA PELA TERRA E O MST

A década de 1980 caracterizou-se pela volta das discussões da Reforma Agrária animadas pelo forte crescimento das ocupações e acampamentos, assim como pela elaboração de uma nova Carta Magna. Dentre as condicionantes históricas vinculadas a esta discussão encontramos dois elementos centrais: uma estrutura fundiária altamente concentrada e uma longa trajetória de lutas pela terra que não desaguou na democratização de seu acesso. Em 1988, a nova Constituição, aprovada em um contexto de redemocratização e de forte debate sobre a questão fundiária, incorpora os artigos 184 e 186, que garantem a desapropriação de terras que não cumpram sua função social², proporcionando um instrumento legal para a luta pela terra.

Em 1984 nasce O MST cimentado em três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país³. Segundo Caldart (2001, p.208), este movimento apresenta características sui generis que o distinguem de outros movimentos sociais do campo, a saber,

- a "radicalidade do seu jeito de fazer a luta e os sujeitos que ela envolve", haja vista a utilização da ocupação do latifúndio como a principal forma de luta pela terra e a mobilização em massa dos Sem Terra;
- "a multiplicidade de dimensões em que atua", cujo epicentro é a luta pela terra, mas que estende demandas para as áreas de produção, educação, saúde, cultura, direitos humanos, dentre outros; ampliando suas

² Segundo o artigo 186 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil (1988), a função social da terra é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

³ Dados retirados de informação constante no site do MST (<http://www.mst.org.br/>).



reivindicações "à medida que se aprofunda o próprio processo de humanização de seus sujeitos, que se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direitos, direitos de uma humanidade plena";

- "a combinação de formatos organizativos diversos", dando-lhe características de uma organização social de massas, na qual "é aceito todo mundo que queira lutar pela terra, o tempo todo"; com variadas formas e estruturas organizacionais próprias e flexíveis, mas duradouras;

- a capacidade que vem construindo para tornar a Reforma Agrária e outras bandeiras deste movimento em lutas não apenas dos trabalhadores Sem Terra, mas de outros segmentos da sociedade no campo e na cidade.

Se bem é certo estas características colocam o MST como um movimento, diferente aos movimentos pela terra que lhe antecederam, entendemos que sua principal diferença radica na sua capacidade de revelar e desestabilizar as relações naturalizadas de dominação. Esta diferença outorga à práxis política do MST um caráter contra hegemônico na medida que evidencia e deslegitima a dominação, míngua o controle estatal, e questiona a governança neoliberal.

A AÇÃO POLÍTICA DO MST

Os instrumentos de luta de caráter massivo do MST são fundamentalmente a ocupação de terra, de rodovias, de prédios e praças públicas; as caminhadas, particularmente rumo às capitais dos Estados e a Brasília; os acampamentos na beira das estradas e em frente às sedes dos governos federais, estaduais e municipais, dentre outros. No fortalecimento de sua luta, também utiliza os espaços do poder legislativo, por meio de alianças junto aos partidos e/ou figuras partidárias; os espaços de poder formais conquistados nos municípios como conselhos locais, territoriais; a celebração de parcerias junto às universidades, igreja, movimento sindical, sem teto, etc. O Movimento combina o uso de práticas e espaços legais e formais, com práticas informais e de oposição; que ocupa e aciona de forma combinada, tanto nos espaços constituídos, governamentais; como nos espaços inventados, não sancionados pelas autoridades. Não elimina nenhum instrumento nem espaço de luta, construindo uma atitude não binária que tem ampliado sua capacidade de pressão. Esta característica se identifica com a práxis apontadas por MirafTAB, ao referir-se aos movimentos contra hegemônicos da cidade:

[...] os movimentos de base usam as aberturas políticas do sistema hegemônico para fazer movimentos contra hegemônicos e vice-versa. Os movimentos insurgentes não se limitam aos espaços de participação cidadã sancionados pelas autoridades (espaços convidados); eles inventam novos espaços ou re-apropriam os antigos onde podem invocar seus direitos de cidadania para promover seus interesses contra hegemônicos. A fluidez caracteriza as práticas de cidadania insurgente: através do emaranhamento da inclusão e da resistência, eles se movem através dos espaços de cidadania convidados e inventados. (MIRAFTAB, 2009, p.35, tradução livre).



Diferentemente do pregado pelas políticas neoliberais e organismos internacionais, para o MST a construção e acesso à políticas que beneficiem os Sem Terra, assim como a amplos setores da sociedade, não resulta de consensos e das práticas da boa governança. Para o Movimento a implantação de políticas de Estado que atendam demandas de caráter estruturante decorrem da participação social massiva organizada que exerce pressão direta sobre as autoridades. Nesse sentido, Gilmar Mauro, membro da Coordenação Nacional do MST, aponta:

Neste país, os câmbios políticos estruturantes favoráveis aos interesses da classe trabalhadora sempre têm sido resultado de uma forte pressão das massas, que modifica à favor dos trabalhadores a correlação de forças existente na sociedade. É essa força que garante as negociações com o governo. As mudanças não resultam de ações localizadas e isoladas, nem de negociações que não decorram ou tenham por trás uma ampla participação das massas.

Diferentemente do pregado pelas boas práticas de governança, que colocam ênfase na parceria da sociedade civil, no intercâmbio de ideias e nos consensos, este depoimento permite identificar como o tensionamento, oriundo da capacidade de mobilização massiva e pressão, coloca novas prioridades à agenda do Estado. Para o dirigente do MST, é o conflito evidenciado e tensionado, que civiliza a ação do Estado, sem que isto signifique alterar o interesse de classe predominante no seu interior, mais se o reconhecimento da contestação sociopolítica como fenômeno que moldei-a a intervenção de um Estado não monolítico. Para Karriem (2009), a ação de Estado é continuamente contestada por forças contrárias, reformulada por tensões, divisões no bloco no poder, e adaptada às mudanças. Nesse sentido Rossoto loris comenta:

O Estado é um conjunto institucional dos centros de poder que não existe no isolamento do equilíbrio das forças políticas, mas estas forças são em efeito responsáveis pelo modelamento – pelo menos em parte – da estrutura e intervenção do Estado (Jessop⁴, 1982: 221). No entanto, nunca há uma plena correspondência entre o Estado capitalista e os interesses das classes dominantes, mas a cooptação, pressão e colonização da administração pública pelos grupos hegemônicos – que Miliband⁵ (1969: 53) chama de "homens pertencentes ao mundo dos negócios, e em particular do grande negócio" – não es absoluta. Isso significa que em certa medida o Estado capitalista permanece politicamente separado dos circuitos da capital e de acumulação (Offe⁶, 1996) e, portanto, precisa ser entendido como uma instituição dinâmica que oferece oportunidades desiguais para diferentes grupos sociais para alcançar os seus fins políticos específicos. Esta seletividade do Estado não é dada com antecedência, mas é o resultado da

⁴ JESSOP, Bob. *The Capitalist State: Marxist Theories and Methods*. Oxford: Martin Robertson, 1982.

⁵ MILIBAND, Ralph. *The State in Capitalist Society*. London: Melbourne; New York: Quarter Books, 1969.

⁶ OFFE, Claus. *Modernity & The State: East, West*. Cambridge: Polity Press, 1996

interação entre as prioridades estaduais e a contestação sociopolíticas dentro e fora das instituições do Estado (JESSOP⁷, 1990). (IORIS, 2011, p.7, tradução livre).

Segundo Purcell (2009), não pode existir uma política radical sem a definição de um adversário, o que requer a aceitação da irredutibilidade do antagonismo. A ação estratégica do Movimento questiona “o estabelecimento de interesses da classe dominante como interesses universais, os participantes defendem seus interesses particulares acima dos interesses dos outros”. Na política a inclusão nunca pode ser total, “[...] todo grupo que é incluído necessariamente exclui outro. Todo 'nós' necessariamente implica 'eles' (PURCELL, 2009, p.153). Para Gilmar Mauro do MST, a participação dos trabalhadores na luta é indispensável para reconhecer tanto seus interesses, como os contrários, assim como os limites da ação do Estado:

É no processo de luta que as massas entendem o funcionamento, as possibilidades e os limites da ação do Estado, das instituições governamentais e do sistema para atender as demandas sociais. É na luta que ficam claros os interesses de classe que estão por trás do conflito, em particular daqueles diretamente envolvidos na luta pela terra: Sem Terra e latifundiários ou agronegócio. Cada conquista da classe trabalhadora significa a defesa de seus interesses.

A capacidade de articulação de bandeiras de lutas de caráter nacional, em 24 estados do Brasil, assim como seu caráter massivo, envolvendo milhares de Sem Terra, permite ao MST, tensionar fortemente o Estado e imprimir aos conflitos um caráter público, evidenciando suas demandas junto à sociedade, assim com a incapacidade do Estado na efetivação de direitos já existentes. Estes fenômenos resultam em uma forte capacidade de agência que pressiona com vistas ao cumprimento da lei, mas também no sentido de ampliar o espaço de participação dos Sem Terra, a partir da implementação de novos direitos⁸. Nesse sentido, Costa aponta:

Caberá à práxis política, à articulação e embate entre a sociedade e o Estado transformar a natureza do papel regulatório do Estado, garantindo, portanto, não apenas as condições gerais de reprodução, mas as bases da

⁷ JESSOP, Bob. *State Theory*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 1990.

⁸ Dentre os novos direitos conquistados na área de educação pelo MST, podemos citar: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, PRONERA, que garante o direito de jovens e adultos, trabalhadoras e trabalhadores das áreas de Reforma Agrária de alfabetizar-se e de continuar os estudos em diferentes níveis de ensino; a Escola Itinerante, sob responsabilidade dos Estados, que visa atender as necessidades de educação das crianças, adolescentes e jovens acampados. Já na área da produção podemos mencionar: as diferentes modalidades do crédito instalação, que permitem a inserir as famílias nos assentamentos recém criados, assim como o desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes da Reforma Agrária; o Pronaf Microcrédito, voltado à inclusão produtiva das famílias, com vistas ao aumento da capacidade de produção e o ingresso de seus produtos no mercado a partir de assistência técnica; o Pronaf Investimento, voltado à estruturação do lote; o Pronaf Custeio, com vistas ao financiamento de atividades agropecuárias.

reprodução social mais ampla, incluindo-se aí a extensão dos direitos ou deveres associados a uma cidadania plena. (COSTA, 2008, p.85-86).

Quando as vias formais não dão conta das demandas dos Sem Terra, o Movimento tece novas situações, cria fatos novos, inventa instrumentos de luta alternativos, desafiando o *status quo*, e apontando novas formas de ação e participação política.⁹ Miraftab, referindo-se ao uso dos canais informais e formais de luta dos movimentos urbanos aponta:

[...] Eles usam seus direitos constitucionais e um discurso baseado em direitos para alcançar sua justa reivindicação de abrigo e meios de subsistência, mas não têm ilusões sobre limitar sua luta aos procedimentos judiciais de reivindicação ou aos canais governamentais e não governamentais sancionados. Eles usam espaços formais quando são vantajosos, e desafiam-nos quando se mostram injustos e limitantes. Quando os canais formais falham, eles inovam canais alternativos para afirmar seus direitos de cidadania e alcançar uma cidade justa. (MIRAFTAB, 2009, p.37, tradução livre).

Outra importante característica da ação política do MST é a combinação de lutas em diversas escalas: nacional, estatal, municipal, territorial, regional, e inclusive mundial¹⁰. Esta particularidade tem permitido ao MST multiplicar sua força de contestação e/ou reivindicação. Sua ação na escala nacional está ancorada no reconhecimento do governo federal como o principal ator na configuração da política pública. As lutas nas escalas subnacionais são utilizadas como engrenagens que fortalecem as lutas nacionais, e também como meios para reivindicar bandeiras de responsabilidade da ação municipal ou de alguma outra escala diferente à nacional. O Movimento articula lutas em diversas escalas políticas a partir das generalidades e singularidades das bandeiras. Pressiona o governo federal, mas sem deixar de pressionar os governos estaduais e municipais conforme o que está em disputa. Sobre a luta nas diferentes escalas, Elomar Cezimbra, integrante da Direção Regional Centro-oeste do MST do Estado do Paraná, opina:

As lutas locais ou regionais, próximas ao lugar dos fatos, não lhe dão ao Movimento maior possibilidade de mudança sem a articulação na esfera nacional, como o demonstram as lutas pela terra dos movimentos regionais ou locais anteriores ao MST. A capacidade de pressão aumenta fortemente quando você tem mais de 20 estados com ações articuladas sob uma mesma pauta, e com ações massivas. Não é possível desencadear um processo de

⁹ A principal ferramenta de luta do MST, a ocupação de terra, tem caráter ilegal, da mesma forma que a ocupação de prédios e praças públicas; a instalação de escolas na vera de estrada quando da morosidade na implantação de escolas itinerantes nos acampamentos, dentre outras.

¹⁰ O MST ao longo da sua história tem articulado ações junto a parceiros internacionais que lhe permitiram pressionar o governo federal com vista ao alcance de seus objetivos. Quando do massacre de Eldorado dos Carajás, 1996, a articulação do MST junto aos parceiros internacionais provocou o desgaste e da imagem do governo Fernando Henrique Cardoso, contribuindo para o reconhecimento da justiça e legalidade do Movimento, como também com ganhos concretos em termos da concretização de demandas

Reforma Agrária sem pressão a escala nacional. As lutas locais têm a ver com políticas públicas de responsabilidade do município ou governos estaduais, elas contribuem também para o despertar e o fortalecimento de outros setores, como os sindicatos. Muitas das nossas conquistas a nível local beneficiam não somente os Sem Terra, como a população em geral.¹¹

A ação do MST em diferentes escalas também possibilita conhecer as particularidades de dinâmicas políticas específicas, assim como a identificação de atores políticos que se contrapõem ou apoiam as demandas e interesses dos Sem Terra, como por exemplo: partidos, bancadas no poder legislativo, representantes do poder público, figuras públicas, instituições, organizações não governamentais, empresas, dentre outros. Segundo Vainer (2006, p.11), "a escala de ação política parece ser crucial tanto para aqueles que querem compreender o mundo contemporâneo, quanto para aqueles que querem transformá-lo".

Os inúmeros enfrentamentos travados pelo Movimento, suas conquistas, assim como a leitura política da sua ação tem permitido a seus integrantes reconhecer facilmente não somente a força decisiva da organização e mobilização das massas, mais também a indispensabilidade da unidade de ação como parte essencial da sua prática política. Nesse sentido, o depoimento de Elemar Cezimbra, membro do MST, é esclarecedor,

A unidade de ação e a disciplina são princípios políticos do MST, eles são respeitados em todas as instâncias. Uma vez discutida e tomada uma decisão deverá ser obedecida pela militância de forma a garantir as ações do Movimento. Esta conduta é aprendida nos processos de formação política do Movimento. O MST forma e age a partir de seus princípios, o que tem sido indispensável para avançar na luta.

Na mesma direção, Gilmar Mauro, comenta,

Todo militante, em suas respectivas instâncias de participação, pode e deve participar das decisões políticas do movimento. Nos processos de discussão existe uma diversidade de opiniões, todos os pontos de vista são escutados, muitas vezes acontecem intensos debates derivados de distintos posicionamentos. Mas uma vez tomada uma decisão, ela passa a ser a decisão de todos os militantes do MST, garantido a força da ação política do Movimento. Todo militante passa agir em uma mesma direção, atuando como um mesmo homem.¹²

Na medida que do cotidiano das famílias Sem Terra emergem novas necessidades, outras bandeiras de luta são incluídas, tais como educação, saúde, lazer, gênero, cultura, entre outras. Mançano (1996) aponta que a luta pela terra não tem por objetivo ser corporativa, e se ser parte de uma longa luta muito mais ampla que inicia pela terra, logo se expande para

¹¹ Entrevista #2 realizada em 14 de junho de 2017, Laranjeiras do Sul, Paraná.

¹² Entrevista #1 realizada em 30 de maio de 2017, Campinas, SP.



outras áreas, alongando horizontes e aglutinando novos e diversos setores sociais à luta do MST. Para além das demandas concretas do MST, também se estabelecem alianças com outros movimentos políticos nacionais e internacionais¹³, com vista ao fortalecimento de bandeiras mais gerais, que não poderiam ser ganhar força de forma isolada. Estas ações políticas coletivas expressam a combinação do interesse próprio com o interesse de outras forças para criar contraofensivas maiores e fortalecer uma consciência contra hegemônicas a nível nacional e internacional. Nestas alianças aglutinam-se grupos que buscam transformações nas relações existentes, mas que possuem diferenças. Segundo Purcell, estes grupos compõem "cadeias equivalentes" que agem em conjunto a pesar de não ter idênticos interesses:

Cada um dos grupos na cadeia tem sua própria relação com a hegemonia existente, a experiência e interesse de cada grupo são irreduzíveis aos outros. Cada um mantém sua diferença. No entanto, eles são capazes de agir em conjunto em torno de uma agenda de equivalência. Ou seja, eles se vêm como equivalentes em desvantagem pelas relações de poder existentes. "Equivalente" neste caso não significa idênticos. Eles não são prejudicados precisamente da mesma forma, Laclau e Mouffe rejeitam explicitamente os estilos dos antigos movimentos sociais que reduziram os participantes a uma única posição social, geralmente classe. (PURCELL, 2009, p.159, tradução livre).

As características da *práxis* política do MST acima relatada, concretiza uma inclusão "substantiva" dos Sem Terra, isto é, uma inclusão política e social que resulta de alguma maneira em uma redistribuição da riqueza (da terra), na ampliação de direitos, na construção de sujeitos que desafiam as relações de poder existente e realizam mudanças a partir da sua intervenção política. Este tipo de inclusão se contrapõem à inclusão "formal" junto às instituições do Estado proposta pelo planejamento participativo, caracterizada por sua despolitização, pela consulta relativa à implementação de ações localizadas, sem constituir-se em uma racionalidade diferente à instrumental em termos de resultados.

A prática política do MST não esconde o conflito, nem exclui o uso de práticas com vistas à construção de compreensões e consenso comuns junto a segmentos com interesses de classe contrários. O Movimento tem uma clara percepção de que os interesses diferentes que possuem aqueles em distintas posições estruturais não se resolvem simplesmente por meio do intercâmbio de ideias, pois em última instância "*the power of words depends on the power of the speakers*" (FAINSTEIN, 2000, p.458).

¹³ Entre as bandeiras de luta fortalecidas a partir das alianças com outros movimentos nacionais e internacionais podemos citar: a Campanha Contra a Dívida Externa; a Campanha Contra a Privatização da PETROBRAS; a Campanha Contra a ALCA; a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; a Campanha Continental dos Quinhentos Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular; mais recentemente tem se celebrado alianças Contra o Impeachment da presidenta Dilma, Contra o Governo Temer, Contra a PEC 241, a favor das "Direitas Já", dentre outras.

O MST se constituiu como um ator eminentemente político, que desafia a ideologia do fim da história, que manifesta que outras alternativas são possíveis de serem construídas agora e futuramente. Aqui vale recordar as palavras de Bourdieu, recolhidas por Vainer, em relação à ideologia da inevitável continuidade do presente:

Ora, se tal ou qual processo parece inevitável e sem alternativas, é porque, como disse Bourdieu¹⁴ (1998, p.34), há um poderoso aparato que inculca ideologias e banaliza os processos. Ao eliminar a possibilidade de escolha, esse exercício do poder simbólico lança a política ao lixo da história e nega a própria historicidade do momento vivido – sem alternativas não há mais história, apenas a reprodução do existente num futuro que, na verdade, já deixou se sê-lo para transformar-se apenas num presente contínuo. (VAINER, 2006, p.17-18).

A PRÁTICA ORGANIZATIVA E A FORMAÇÃO POLÍTICA

A organização e a formação no Movimento resultam de um projeto de transformação para a conquista da cidadania no sentido do ser sujeito da história, assim como para o desenho de uma outra forma de sociedade. A luta pela terra e a Reforma Agrária são acompanhadas por amplos processos de formação política e práticas organizativas. O acampamento é por excelência o espaço de luta, resistência, do aprendizado da ação coletiva, de formação e organização construído pelo MST. É a partir do acampamento que os trabalhadores partem para o enfrentamento direto com o Estado e com os latifundiários. Quando nasce um acampamento rapidamente se apropria de uma estrutura organizativa construída e aperfeiçoada ao longo dos anos de existência do Movimento, que está arquitetada em distintas instâncias de caráter coletivo como assembleias, núcleos, setores, coordenações, direções, dentre outras. Esta organização procura garantir as mobilizações indispensáveis à luta, o atendimento às necessidades dos acampados, e o equacionamento dos problemas internos derivados da vida em comum. No assentamento, existe um certo recolhimento na participação política devido à necessidade de cuidar da produção, da estruturação da unidade de produção, à dispersão geográfica das famílias, e inclusive pela efetivação da conquista da terra, dentre outros fatores. As práticas organizativas continuam, mas com menor força, a intensidade da mobilização diminui, as reuniões são mais distanciadas. Na fase de assentamento, uma nova estrutura organizativa é construída e novas bandeiras de luta são encampadas como o crédito, a escola, a implantação de estradas, a assistência técnica, etc.

Tanto os acampamentos, como os assentamentos fazem parte de instâncias de organização regional a nível dos estados, que integram instâncias nacionais. A não divisão deste dois públicos - assentados e camponeses em ocupações de terra - tem contribuído para

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *Contre-feux*: propos pour servir à la résistance contre l'invasion néolibérale. Paris: Éditions Liber – Raisons d'Agir, 1998. p.34.

o fortalecimento político do MST, uma vez que considera o interesse de classe acima da diferenciação advinda da posse da terra. Tanto a nível estadual como nacional existe a representação de cada um dos setores que integram o MST, tais como educação, formação, saúde, produção, comunicação, frente de massas, dentre outros. Todas as instâncias de decisão são coletivas; não existem presidentes, nem diretores, sendo o Congresso Nacional a instância de decisão de maior hierarquia.

Karriem (2009, p.31), se referindo a Gramsci, menciona que o senso comum é a maneira inconsciente e acrítica em que os indivíduos percebem o mundo; é a esfera das ideias de dominação, onde o pensamento contra hegemônico deve ser cultivado. Isso requer uma crítica sustentada do sentido comum, permitindo que os indivíduos se desloquem para o “bom senso”, o que Gramsci chama, um “senso comum popular”. A compreensão do MST da indispensabilidade da quebra do senso comum na luta de classes, faz com que a formação política seja considerada elemento-chave da luta política e ideológica. Os acampamentos e assentamentos, mas fundamentalmente o acampamento, são espaços onde o senso comum é desestruturado e disputado, instituindo-se, em maior ou menor grau, um “senso comum popular”. Ela inicia nos núcleos do acampamento, nos quais se organizam o conjunto das famílias, e se espalha em diferentes formatos em todas as instâncias do Movimento. A metodologia da formação política do Movimento junto à base recolhe as experiências pedagógicas da educação popular, e seu conteúdo é diferenciado conforme as exigências da participação na luta política de cada militante. Em relação à necessidade da formação política da militância e dirigentes do Movimento, Elemar Cezimbra, membro do MST, aponta:

A luta pela Reforma Agrária é uma luta longa que exige militantes e dirigentes com preparação que lhe permita embasar sua ação política, elaborar táticas e estratégias, construir alianças no momento adequado, entender os interesses de classe, fazer a leitura da conjuntura nacional, etc. Para ser dirigente tem que dominar determinados conteúdos de economia, da política, da história, de forma a compreender a realidade e ser capaz de desenhar horizontes de luta. O papel da formação é dar conhecimentos para a ação política, para qualificar a participação dos Sem Terra no processo de luta¹⁵.

Para Gilmar Mauro, membro do MST, a formação política tem objetivos e fontes:

[...] a formação política deve desconstruir o senso comum, dar origem a compreensão de como funciona a sociedade, e apontar os rumos da prática política. A formação política não somente emana do conhecimento da teoria, mas fundamentalmente do conhecimento somado à prática política, à luta concreta¹⁶.

¹⁵ Entrevista #2 realizada em 14 de junho de 2017, Laranjeiras do Sul, Paraná.

¹⁶ Entrevista em 30 de maio de 2017, Campinas, SP.

Sobre a importância da formação de intelectuais ao interior dos movimentos, Karriem (2009), citando a Gramsci¹⁷ (1971), escreve,

A formação de intelectuais orgânicos é necessária para fazer emergir a consciência e transformar ideias em forças materiais. Isto não significa que os intelectuais dirijam uma guerra de posições. Para Gramsci a transformação da política está baseada na participação das massas e os movimentos têm que estar continuamente formando novos intelectuais orgânicos que tenham uma ativa participação na vida prática, como construtores, organizadores, mobilizadores e não simplesmente como oradores. (Tradução livre).

Em relação aos resultados das experiências pedagógicas nos processos de formação construídos ao interior do MST, Mançano (1996, p.228), cita as palavras de Tarelho¹⁸ (1989),

São experiências pedagógicas que tornaram visíveis as relações de poder e os conflitos sociais, em um espaço mediado por concepções e por valores que contribuíram para a tomada de consciência de estados coletivos de privação, para a reelaboração da noção de direitos instituída e para a afirmação de sujeitos coletivos capazes de ação.

Ainda sobre os processos pedagógicos do MST, Mançano (1996) aponta a importância do resgate da história de lutas e das demandas dos trabalhadores, da política do Estado, com o objetivo de os Sem Terra se perceberem como excluídos, desrespeitados em seus direitos de forma a tomar consciência da necessidade de lutar por eles. Sobre a importância do resgate da memória social nos processos de formação, Miraftab (2009, p.45), aponta:

Essa consciência historicizada é um princípio constitutivo do planejamento insurgente. Enquanto o capitalismo neoliberal promove uma amnésia social coletiva, uma importante tarefa de planejamento contra hegemônico e insurgente é estimular memórias coletivas históricas e historizar os problemas decorrentes das ações e inativações das autoridades – o que Sandercock chama historiografias insurgentes (SANDERCOCK¹⁹, 1998).

Os processos de formação política no Movimento não estão desvinculados dos processos organizativos, ao contrário, são estes que possibilitam a aquisição de competências e conhecimentos elementares e indispensáveis para poder participar de forma ativa e qualificada nos distintos espaços de decisão. A formação também contribui de forma decisiva para a modificação dos motivos iniciais de participação na luta - calçados em demandas meramente econômicas como o acesso à terra - , para a ampliação à motivações de caráter

¹⁷ GRAMSCI, Antônio. *Selections from the Prison Notebook*. New York: International Publishers, 1971.

¹⁸ TARELHO, Luiz Carlos. O Movimento Sem Terra de Sumaré: espaço de conscientização de luta pela posse da terra. *Terra Livre*, São Paulo, n.6, p.98, ago. 1989.

¹⁹ SANDERCOCK, Leonie. Framing Insurgent Historiographies for Planning. In: *Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History*. Berkeley: University of California Press, 1998. p.1-33.

político vinculados a outros níveis de consciência, alimentando de alguma maneira o sonho de uma sociedade diferente, mais solidária e justa.

Para Mançano (1996), a territorialização nacional do Movimento não é somente um resultado da conquista da terra, é também resultado da espacialização de práticas organizativas e políticas iniciadas no acampamento, que desafiam a construção do poder dominante, e são instigadas a se qualificar constantemente pelos novos desafios da luta.

PRÁTICAS E MODIFICAÇÃO DO ESPAÇO

A ação política do Movimento tem consequências espaciais. A conquista definitiva da terra, isto é, de frações de território, levará a importantes modificações no espaço e no ambiente social anteriormente construído. A partir do assentamento, um novo tecido social se instalará mudando as formas de uso do espaço. Prontamente surgiram as moradias; empregos serão gerados; haverá produção; infraestrutura social será instalada; a economia da região será aquecida em função da produção, do consumo e da renda gerada pelos assentados; novas relações serão estabelecidas com o entorno social, inclusive passando a modificar a percepção da população próxima aos assentamentos sobre a natureza dos Sem Terra. Na medida em que os assentamentos são maiores²⁰, as modificações do espaço são mais complexas e se fazem mais presentes. Para Costa (2008, p.42), "estas modificações, resultado do fazer político, se contrapõem a crença 'no papel redentor do planejamento' em si, e não no resultado das políticas construídas a partir do embate de forças sociais a elas relacionadas". No que se refere à força de transformação do planejamento "insurgente", Mirafteb (2009, p.43), faz uma importante observação,

As práticas do planejamento insurgente reconhecem o que o impulso hegemônico do capitalismo neoliberal tenta obscurecer: as potentes práticas de oposição e transformativas que os cidadãos e as populações marginalizadas inventam na definição de inclusão do capitalismo global. As práticas de planejamento insurgentes eliminam a "democracia" e a "inclusão" de seus elementos formalistas, reconhecendo a importância dos movimentos contra hegemônicos de escolher seus próprios modos de constituir suas coletividades e sua participação. (GILLS, 2001).²¹

As conquistas derivadas da luta do Movimento colocam em segundo plano os processos de planejamento oficial do órgão responsável pela política de Reforma Agrária, o INCRA, cuja ação é praticamente pautada pela pressão do Movimento. Mas para além do ritmo e amplitude que as ações do MST colocam aos órgãos governamentais, a práxis do Movimento constrói um "planejamento insurgente" que além de se contrapor às propostas

²⁰ No maior assentamento organizado pelo MST, de nome Itamarati, localizado no Estado de Mato Grosso do Sul, vivem mais de 17 mil assentados. A maior área reformada do país a partir das lutas do MST, localizada no Estado do Paraná, possui aproximadamente 3.500 famílias assentadas e 2000 famílias acampadas

²¹ GILLS, Barry. Introduction: Globalization and the Politics of Resistance. In: *Globalization and the Politics of Resistance*. New York: Palgrave, 2001. p.3-11.

governamentais de planejamento participativo ao reformular as relações entre sociedade e Estado, mostra que o planejamento não é um campo exclusivo dos profissionais da área. Nesse sentido, Miraftab (2009) retomando reflexões de Fainstein (2000), Friedmann (1973), Leavitt (2004), e Sandercock (1998), sobre o planejamento profissional, aponta:

O planejamento insurgente não é uma subjetividade exclusiva, assim como as práticas de planejamento em geral não se limitam a planejadores profissionalmente treinados. De fato, o planejamento é um campo contestado de atividades interativas por vários atores. Esse reconhecimento repousa em décadas de estudos de planejamento radical que desmantelam o mito do planejamento como uma prerrogativa de profissionais que atuam isoladamente de outras esferas de ação. (2009, p.41).

Nessa mesma direção, Miraftab, afirma:

Planejamento de equidade, planejamento participativo e planejamento comunicativo (Forester²², 1989; Healey²³, 1999; Innes²⁴, 2004; Krumholz²⁵, 1994), são perspectivas críticas que permaneceram dentro dos limites da sabedoria convencional que conceitua os planejadores como profissionais que ficam fora da sociedade, embora atingindo a inclusão dos cidadãos, talvez através da redistribuição, pelo menos pela comunicação. (MIRAFTAB, 2009, p.42, tradução livre).

Para Randolph (2007), a colaboração proposta pelo planejamento participativo, apresentado por Healey, se encontraria limitada praticamente ao nível simbólico, haja vista seu ponto de partida: a articulação de diferentes interesses de segmentos sociais comumente contrários. Se bem é certo que este formato de planejamento exigiria a participação relativa da população, a mesma estaria restrita no nível das decisões e formulação de propostas de caráter tático, referentes à consultas relativas a implementação de ações localizadas, mas não ao nível das decisões políticas e estratégicas, onde de fato podem ser atendidas as demandas de caráter estruturante. Já as práticas contra-hegemônicas, indesejáveis por setores hegemônicos, constituem uma racionalidade em termos de ação e dos resultados.

Por último, é importante mencionar a importância do cultivo da utopia de uma sociedade justa e solidária praticado pelo MST, partir do que o Movimento denomina "mística". A mística, presente em todas as ações coletivas, projeta representações de uma sociedade diferente a atual, cujo objetivo principal é estar ao serviço da coletividade; imagina experiências sociais passíveis de serem realizadas no longo prazo, mas também no atual a partir da prática de novos valores na cotidianidade, das mudanças processuais e incrementais, de forma contrair o futuro, e expandir o presente. A mística cria nos Sem Terra, em especial

²² FORESTER, John. *Planning in the Face of Power*. Berkeley: University of California Press, 1989.

²³ HEALEY, Patsy. Institutional Analysis, Communicative Planning and Shaping Places. *Journal of Planning Education and Research*, v.19, p.111-121, 1999.

²⁴ INNES, Judith. Consensus Building: Clarification for the Critics. *Planning Theory*, v.3, n.1, p.5-20, 2004.

²⁵ KRUMHOLZ, Norman. Dilemmas in Equity Planning: A Personal Memoir. *Planning Theory*, v.10, n.11, p.45-56, 1994.

na sua militância, uma representação de espaços fraternos, justos de forma a dar sentido à transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação política do MST pode ser definida como planejamento insurgente conforme a conceituação de Miraftaf (2009, p.33),

As práticas de planejamento insurgente são caracterizadas como contra hegemônicas, transgressivas e imaginativas. Eles são contra hegemônicos na medida em que desestabilizam a ordem normalizada das coisas; transgredem o tempo ao lugar, localizando a memória histórica e a consciência transnacional no coração de suas práticas. Elas são imaginativas ao promover o conceito de um mundo diferente, como Walter Rodney diz, sendo tanto possível quanto necessário.

O Movimento assume o papel de mediador classista entre as demandas dos Sem Terra e o Estado. Sua prática política tensiona e explicita o conflito para acionar o governo; politiza a participação da sua base; se apropria e cria espaços de participação política; usa de forma eclética instrumentos de luta formais e informais, legais e sancionados. Sua ação política desestabiliza o status quo, resulta na produção social de novos espaços, e recupera a utopia, a imaginação e o sonho de um futuro alternativo possível de ser construído por sujeitos da história: os Sem Terra, os trabalhadores.

A prática política do MST, a qual não está livre de derrotas e equívocos, tem mostrado efeitos duradouros que possibilitam modificar a correlação de forças, tem contribuído para criar uma cultura de participação democrática fincada na mobilização massiva e politizada. Na luta política, assim como nas vivências comuns derivadas desta, o Movimento cria identidades, afetos e experiências que modificam a concepção abstrata do espaço, mostrando que sua construção não está submetida exclusivamente aos imperativos do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lucio Flávio de; SÁNCHEZ, Felix Ruiz. The Landless Workers' Movement and Social Struggles Against Neoliberalism. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0094582X0002700502>>.. Acesso em: 11 maio 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 maio 2017.

- CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.207-224, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2017.
- COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. *São Paulo em Perspectiva*, v.15, n.4, p.105-118, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10377.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2017.
- COSTA, Heloisa Soares de Moura. A trajetória da temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas. In: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de (Org.). *Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. p.81-92. (Coleção Estado da Arte).
- FAINSTEIN, Susan F. New directions in planning theory. *Urban Affairs Review*, v.35, n.4, p.451-478, Mar. 2000.
- HEALEY, Patsy. Collaborative planning in perspective. *Planning Theory*, v.2, n.2, p.101-123, 2003.
- IORIS, Antonio Augusto Rossotto. Applying the strategic-relational approach to Urban Political Ecology: The Water Management Problems of the Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brazil. *Antipode*, p.1-33, 2011.
- KARRIEM, Abdurazack. The rise and transformation of the Brazilian landless movement into a counter-hegemonic political actor: a Gramscian analysis. *Geoforum*, v.40, n.3, p.316-325, 2009.
- MANÇANO, Bernardo. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996. (Coleção Geografia Teoria e Realidade).
- MIRAFATAB, Faranak. Insurgent planning: Situating Radical Planning in the Global South. *Planning Theory*, v.8, n.1, p.32-50, 2009.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). A luta continua: como se organiza os assentados. *Cadernos de Formação*, São Paulo, n.10, 1986a.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Como se organiza o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Cadernos de Formação*, São Paulo, n.5, 1986b.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Elementos sobre a teoria da organização no campo. *Cadernos de Formação*, São Paulo, n.11, 1986c.

- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Organização do movimento, quem é quem na luta pela terra. *Cadernos de Formação*, São Paulo, n.1, 1986d.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Canções da luta*. São Paulo: MST, 1992.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Como trabalhar a comunicação nos assentamentos e acampamentos. [Boletim da Educação, n.3](#), 1993.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Método de trabalho de base e organização popular. [Caderno de Formação, São Paulo, n.28](#), 2009.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *MST: lutas e conquistas*. 2.ed. São Paulo: MST, 2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/85210982/MST-Lutas-e-Conquistas-PDF>>. Acesso em: 19 maio 2017.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Educação*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/educacao/>> Acesso em: 02 maio 2017.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Nossa história*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 1.º jun. 2017.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Nossa produção*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-producao/>>. Acesso em: 04 maio 2017.
- PELOSO, Ranulfo. [A força que anima os militantes: mística](#). São Paulo: MST, 1995.
- PURCELL, Mark. Resisting Neoliberalization: Communicative Planning or Counter-Hegemonic Movements? *Planning Theory*, v.8, n.2, p.140-165, 2009.
- RANDOLPH, Rainer. Do planejamento colaborativo ao planejamento "subversivo": reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. *Scripta Nova*, Revista electrónica de geografia e ciências sociales, Barcelona, v.11, n.245, (17), ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24517.htm>>. Acesso em: 10 maio 2017.
- VAINER, Carlos B. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.8, n.2, p.9-29, nov. 2006. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/159>>. Acesso em: 18 jun. 2017.